



## MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

### PROCURADORIA-GERAL

Nos termos dos artigos 47 e 48, I da LC 123/06 e considerando os itens objeto da presente licitação tem seu valor de referência menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dar-se-ia preferência para as micro empresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no município, entretanto, as pesquisas de preços de mercado e estimativa de custos feitas pela Gerência de Suprimentos demonstraram que a região não possui empresas cuja especialidade atenda o objeto licitado e que tenham interesse em participar de licitações, razão pela qual, os itens serão destinados à ampla concorrência conforme prescrito no art. 49 II da LC 123/06.

8. Ademais, a justificativa apresentada às fls. 06/07 do certame, alude que:

*"(...) dar-se-ia preferência para as micro empresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no município, entretanto, as pesquisas de preços de mercado e estimativa de custos feitas pela Gerência de Suprimentos demonstraram que a região não possui empresas cuja especialidade atenda o objeto licitado e que tenham interesse em participar de licitações, razão pela qual, os itens serão destinados à ampla concorrência conforme prescrito no art. 49 II da LC 123/06 (...)*

*(...) Tendo em vista as exceções trazidas no artigo 49 da referida Lei, não se aplicará o benefício quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório e ainda se a proposta não for a mais vantajosa para a Administração Pública, dessa forma, os itens serão destinados a ampla concorrência (...)"*

9. Nesta esteira, vejamos o teor da Lei Complementar nº 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; (g.n)

10. Acerca do tema, vejamos inclusive, o que prevê o art. 10 do Decreto nº 8.538 de 06 de Outubro de 2015 que regulamenta o tratamento favorecido,